

PROCESSOS AVALIATIVOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: trajetória e legitimidade

EVALUATIVE PROCESSES THE LESSONS OF PHYSICAL EDUCATION: trajectory and legitimacy

Jefferson Pedro de Sousa

Ana Paula Rodrigues Figueirôa

RESUMO

Este estudo é de revisão de literatura, tendo o objetivo de compreender como acontecem os processos avaliativos nas aulas de Educação Física Escolar, a partir de sua trajetória e legitimidade. No sentido de alicerçarmos esta pesquisa, utilizamos a metodologia descritiva, onde versa entender as análises de produções bibliográficas já existentes, constituindo uma abordagem qualitativa, fazendo referência a um estudo sobre a avaliação na Educação Física escolar. Desta forma, os processos avaliativos acontecem nas aulas, onde configura-se que o ensino e aprendizagem parte da avaliação, porém a Educação física é componente curricular obrigatório. Portanto, este estudo teve como descrever as razões que levam os professores a buscar a compreensão da legitimidade sobre as avaliações teóricas e práticas nas aulas de Educação Física.

Palavras- chave: Trajetória. Ensino e Aprendizagem. Legitimidade. Educação Física Escolar.

ABSTRACT

This study a literature review, aiming to understand how the evaluation processes happen on Education classes from its trajectory and legitimacy. In order to consolidate this research, we used the descriptive methodology, where versa understand the existing bibliographic production analysis, made a qualitative approach, referring to a study of the evaluation in Physical Education. Thus, evaluative processes take place in the classroom, which sets the teaching and learning of the evaluation, but physical education is a compulsory curricular component. Therefore, this study aimed to outline the reasons that lead teachers to seek the understanding of the legitimacy of theoretical and practical assessments in Physical Education classes.

Keywords: Trajectory. Teaching and Learning. Legitimacy. Education Physica.

1 INTRODUÇÃO

O processo de avaliação educacional busca o interesse de educadores e pesquisadores, na área de Educação Física Escolar, sobre respostas mais consistentes acerca do processo de ensino e aprendizagem. Os desenvolvimentos da avaliação dos alunos dependem de uma série de fatores, como: o contexto social, familiar, escolar e o sistema educacional, pois o meio em que estão inseridos faz com que a avaliação mude de região para região brasileira. Segundo Araújo e Rabelo (2015), a avaliação na Educação Física deve ser compreendida como um processo amplo com desdobramentos coletivos, além de individuais, que devem ser analisados na observação do professor, entendendo suas falas, suas práticas, argumentos, perguntas e debates nos desafios em busca de alternativas e conquistas de autonomias. Segundo Luckesi (2006), a avaliação pode ser caracterizada como uma forma de juízo da qualidade do objeto avaliado – fator que implica as tomadas de posição a respeito do mesmo – para aceitá-lo ou transformá-lo.

Assim sendo, os autores analisam que a avaliação educacional anda de mãos dadas e os processos devem compreender um ciclo contínuo em conjunto. Os processos avaliativos na Educação Física Escolar não são de hoje, se perpetuam em conjunto com sua trajetória. Porém, mediante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 93.94/96 (LDBEN), apontam-se várias situações pedagógicas em seu Art.24, parágrafo V, quanto à verificação do rendimento que o aluno deve buscar mais: avaliação contínua e cumulativa; possibilidade de aceleração; possibilidades nos cursos; aproveitamento nos estudos; obrigatoriedade de estudos de recuperação. Nesse contexto é possível que os procedimentos de critérios de avaliações não impliquem só os conceitos de atribuição de uma nota, mas que possibilite conseqüentemente a contribuição do ensino aprendizagem para o educando.

A avaliação escolar integrada no processo didático assume vários papéis: o papel de antecipar as lacunas da aprendizagem, fornecendo parâmetros para alcançar os objetivos; o papel de orientar os possíveis diferentes conteúdos dando nortes para uma melhor aprendizagem; o papel de selecionar, no qual os métodos e os conteúdos possam possibilitar a fluidez do processo ensino-aprendizagem e conseqüentemente o crescimento cognitivo do educando. Assim sendo, não se pode resumir a conceitos formais atribuídos apenas a dar uma nota, que servirá para definir o avanço ou a retenção e, neste caso, pode tornar limitada a ação do professor. Segundo Darido (2012), os processos avaliativos seguem padrões rígidos determinados por dimensões pedagógicas que envolvem todo o sistema educacional e especificamente a relação aluno-professor.

O processo avaliativo, portanto, deve se relacionar com o Projeto Político Pedagógico (PPP) fazendo da ação da avaliação um meio de nortear o desenvolvimento do educando. Assim, terão maior facilidade para identificar os instrumentos adequados para cada situação, de acordo com a finalidade e o objetivo que deseja alcançar. A avaliação oferece suporte para uma tomada de decisão visando a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, por meio das análises das ações em desenvolvimento. Nesse contexto, tem-se como problemática quais são os procedimentos avaliativos que os professores da Educação Física Escolar seguem para avaliar o processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos nas aulas.

O nosso objetivo é compreender como acontecem os processos avaliativos nas aulas de Educação Física Escolar, a partir de sua trajetória e legitimidade, em periódicos das plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO); Repositório Institucional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Sistema de bibliotecas do portal do Ministério da Educação, Portal de periódicas (CAPES); Portal Instituto e Portal da Secretaria de Educação de Pernambuco, todos especializados na área e produzidos no período de 2000/2016. Para tanto, este estudo é uma revisão bibliográfica que, como afirma Gil (2008, p.50), “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”. Esse tipo de pesquisa tem o caráter de análises de matérias bibliográficos, já existentes, referentes ao tema do trabalho. Outro ponto é que remonta a importância de entender e analisar as produções sobre avaliação educacional. Assim sendo, este processo é fundamental para um aprofundamento na produção científica para que este estudo seja entendido.

A escolha desse tema deu-se, principalmente, pelo interesse em debruçar outros olhares sobre os processos da avaliação na Educação Física Escolar e obter novos conceitos sobre o tema, segundo as literaturas, a fim de repensar a construção dos conceitos que venham a contribuir para a melhoria desse processo da prática pedagógica.

2 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A História da Educação Física perpassou vários momentos importantes em sua trajetória, por volta do século XIX. Segundo Soares (2004), antes de tudo, o corpo era educado para o trabalho, sem um rendimento cognitivo, afetivo e social, via-se uma prática repetitiva e exclusiva, em que sobressaíam-se apenas os mais fortes, excluindo os menos habilidosos. Iniciou-se então o interesse pelo corpo, pela higiene e pela saúde. E neste

contexto que os exercícios corporais surgem como uma forma de higienizar a população e moralmente a saúde.

Segundo Junior e Simões (2011, p.22), “foram os higienistas que pregaram novidades sobre o cuidar do corpo”. Por volta do século XVIII e XIX, o trabalho industrial já representava o centro das preocupações econômicas e sociais e começava a então valorização do trabalhador, que passa a ser importante gerador das riquezas dessa época, portanto deveria ser cuidado, porque havia um interesse do homem para a produção das riquezas do estado.

O discurso higienista na Europa do século XIX veiculava a idéia de que as classes populares viviam mal por possuírem um espírito virtuoso, uma vida imoral, liberada de regras e que, portanto, era premente a necessidade de garantir-lhes não somente a saúde, mas fundamentalmente a educação higiênica e os bons hábitos morais. (SOARES, 2004, p. 25).

Portanto, neste tempo, o debate se referia à valorização da saúde do corpo e buscava novas formas que desprendessem meios de preservá-los. Segundo Júnior e Simões (2011), neste tempo cada homem fazia parte da força social que dependeria da qualidade e quantidade dos serviços prestados para a riqueza da nação. A procriação da sociedade dependia dos trabalhadores, ou seja, a elite predominava sobre os operários, fazendo-os de máquinas que mais tarde sofreriam de alguma doença. Foi então que os higienista desta época tiveram as novas descobertas da física, fisiologia e termodinâmica.

A disciplina amplia a força em termos econômicos e diminui a resistência que o corpo pode oferecer ao poder. Daí que o corpo tenha sido fonte de utilização econômica e só se tornaria força útil se ao mesmo tempo fossem produtivos, submissos e controlados como objeto e objetivo próprio de determinada instituição. (FIGUEIRÔA, 2015, p. 4).

Então, por volta do século XX, a materialização do campo específico da Educação Física foi desenvolvida e surge o militarismo. Segundo Soares (2002), o militarismo passou um pensamento positivo, foi então que a Educação Física tornou-se de extrema importância para o forjar daquele indivíduo saudável e indispensável à implementação do progresso e desenvolvimento do país e sim um individuo que buscasse compreender a prática de uma forma que valorizasse a capacidade física para o combate, a luta e a guerra. Então, a Educação Física passa a ter mais princípios e valores de uma forma de pedagogização com intuito de relação de teoria e prática educativa.

Segundo Júnior e Simões (2011), foi fundada então a escola de Educação Física do exército e a disciplina tornou-se obrigatória nos cursos secundários através do método francês

no qual praticamente funcionou o militarismo. O princípio era a singularidade da obediência e adestramento do homem para a obtenção de uma prática capaz de combater e lutar para a guerra.

Com o tempo a Educação Física passou a ter mais valorização no âmbito escolar, a disciplina passa então a ter aprofundamento específico, no sentido de passar os conteúdos de uma forma que valorizasse a ação pedagógica.

Segundo Soares (2002), neste contexto faz-se necessário o real valor da pedagogização da disciplina Educação Física Escolar, sabendo que as demais disciplinas também têm uma contribuição para a formação do indivíduo, só que diferente para a valorização de ensino-aprendizagem, como é o caso da Educação Física Escolar em relação à teoria e prática. Então, se faz necessária para desenvolver melhor as capacidades do intelecto do indivíduo.

Segundo Castellani Filho *et al* (2009, p. 50), “[...] a Educação Física é uma prática pedagógica, podemos afirmar que ela surge de necessidades sociais concretas, identificadas em diferentes momentos históricos”. Sem os conhecimentos dessas inter-relações, ela tem a contribuir em diferentes aspectos educacionais, como a diversidade cultural em relação à educação psicopedagógica, a qual versa entender a prática e ação do cognitivo do indivíduo.

Finalmente a Educação Física chega às escolas do Brasil, onde o foco era em uma forma de prática positivista em relação ao desenvolvimento da pedagogização, em que os alunos compreendam mais que uma prática junto com a teoria. No entanto, para esse modelo escolar, se faz necessário uma maneira de reorganização da Educação Física Escolar com o incremento da LDBEN.

Segundo Castellani (2002), as práticas avaliativas da Educação Física, em 1961, não tinham muita exigência, nesta época era vista com grande importância para a preparação dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho, com o objetivo de produzir mais. Já em 1971, a LDBEN, no capítulo I, em seu artigo 7º, cita que:

Na Educação Física a obrigatoriedade é ampliada em todos os níveis e ramos de escolarização, mas com a intenção de preparação física de trabalhadores. Porém, com as opções de facultatividade apresentadas pela lei, estudar em período noturno, trabalhar mais de seis horas diárias, ter mais de trinta anos de idade e estar prestando serviço militar (BRASIL, 1961, p. 25).

Então, com o seu incremento na grade curricular, Educação Física passa a ser vista melhor, sem discriminação de ser apenas uma prática, e a avaliação passa a ter mais exigência. A atual LDBEN de 1996, no artigo 26, parágrafo 3º, determina que “a Educação Física ajuste-se às faixas etárias e condições da população escolar, sendo facultativa nos

curso noturno e componente curricular obrigatório”. Tornando necessária a valorização da avaliação na Educação Física, tratando a questão da avaliação do rendimento escolar nos seguintes termos citados na LDBEN, artigo 24, inciso V:

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período ou de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 1996, p.15).

O desenvolvimento da avaliação é acoberta em várias partes da LDBEN, 9.394/96: na qual direciona como a avaliação é procedida na educação, em seu Artigo 12. No inciso V afirma que é dever dos estabelecimentos de ensino “prover meios para a recuperação de alunos de menor rendimento”, visando a importância dos alunos que não sobressairão bem na avaliação, com uma nova chance de nota. Inciso VII - “informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. Neste sentido a escola tem o dever de conscientizar o desenvolvimento do rendimento em cada passo do aprendizado.

A avaliação necessita de meios que possam atingir os objetivos previstos pelo professor. Neste caso, segundo Artigo 13, é dever dos docentes incumbirem práticas avaliativas coerentes; em seu inciso III- zelar pela aprendizagem dos alunos: dizer para ele onde está acertando e errando; e Inciso IV- “estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento”. Neste contexto, as aprendizagens dos educandos se diferenciam e os professores necessitam de estratégias para amparar todos por igual.

Portanto, a avaliação requer compromissos mais sérios com os alunos, neste ponto de vista, no Artigo 24, Inciso VI – o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação. A escola tem o dever de conscientizar os alunos de que eles tem um total de porcentagem de faltas e que podem chegar a uma reprovação.

No entanto, o Artigo 32, Parágrafo 2º, os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no Ensino Fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino. A aprendizagem do educando é atribuída de maneira flexível.

Diante do exposto da LDBEN, sobre a avaliação, compreende-se que os regulamentos dos processos avaliativos na educação atual são de suma importância, em que se fazem necessárias para cada ato que venha a constranger o professor em seu processo de ensino e aprendizagem no processo de avaliação em suas aulas. A LDBEN acoberta a avaliação em varias formas, mas depende também das instituições sobre os direitos dos processos de avaliações, com intuito de ter as melhores parcerias com os alunos.

3 A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Pedagogicamente, o desenvolvimento da Educação Física Escolar contribui para a formação de cidadãos justos que venham a fazer reflexões e remeter a conceitos formais sobre os processos de ensino-aprendizagem. A legitimidade da Educação Física como componente curricular foi um processo amplo, antes com uma visão de que o corpo era o valor da saúde e do bem físico, fazendo a disciplina não ter nenhuma importância no âmbito educacional. Então, depois do processo de pedagogização foi que ela começou a se tornar componente curricular obrigatório.

Para se chegar à proposta educacional como disciplina, passou por três reformas e a sua última versão foi a LDBEN (1996), que integra a Educação Física como componente curricular obrigatório no sistema educacional. Em seu parágrafo 3º, ressalta que na sua prática os alunos se integrem mais através das aulas, sendo facultativa em alguns casos, como:

Artigo 26 §3 A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno. I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II– maior de trinta anos de idade; III– que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da Educação Física; IV– amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; V– Vetado; VI – que tenha prole. (BRASIL, 1996, p.16).

A Educação Física, portanto, se integra à formação do currículo educacional com o caráter de formação do indivíduo. A proposta da LDBEN foi de desenvolver os alunos que não desprendiam de conhecimentos teóricos, para que compreendessem uma prática moralmente de valorização. Portanto, para que a Educação Física se integre na escola com maior flexibilidade, foi vista a necessidade de desenvolver os documentos com bases para o desempenho do cognitivo dos alunos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e os Parâmetros Curriculares Estaduais (PCE's).

Os PCN's de 1997 têm a função de auxiliar a revisão para os estados e municípios de uma forma pedagógica para a elaboração de projetos e também servir como material de reflexão para a prática do professor, nele todas as crianças e jovens brasileiras, em locais com condições socioeconômicas ou desfavoráveis, possuem o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos e de uma melhoria na qualidade de aprendizagem. Portanto, os PCN's distinguem os conteúdos da Educação Física Escolar de uma forma mais específica, que leva o aluno a compreender melhor o seu cognitivo. É dever desses documentos levar ao interesse do novo para concretizar os conhecimentos culturais, a diversidade e para que busquem a relevância de conhecimentos para os educandos. Nesse contexto, os professores terão uma visão melhor para fazer seus planos de ensino.

Entretanto, os PCN's são documentos importantes para subsidiar caminhos ligados a seguir o plano de ensino da escola, eles são a base fundamental para o corpo docente, assim contribuem para a educação nacional e a Educação Física Escolar. Neles a divisão dos conteúdos é desenvolvida para que os professores sejam induzidos a avaliar melhor os alunos, facilitando essa avaliação, pois são divididos em ciclos para que a proposta seja pertinente e flexível para a avaliação do professor.

Os PCN's, no currículo da Educação Física, referem-se à avaliação, considerando-a como elemento favorecedor da melhoria de qualidade da aprendizagem, deixando de funcionar como arma contra o aluno e desenvolvendo, portanto, os objetivos propostos a que venham subestimar o ano todo. Os PCN's integram à avaliação, não só o aluno, mas também o professor e o próprio sistema escolar. Para isso, é necessário caminhar juntos e disciplinados, compreendendo a ação dos PCN's e relacionando os sistemas dos conteúdos a serem ministrados no planejamento. Segundo as Orientações Teórico- Metodológicas de Pernambuco (2010, p.12), "Os conteúdos devem oferecer aos alunos o que de mais moderno existe com relação àquele conhecimento". Distinguir o componente curricular na forma de conteúdos a serem abordados nas aulas de Educação Física por cada série é uma porta central para o planejamento dos professores andarem conforme a ação do ano todo.

Segundo os Parâmetros Curriculares Estaduais (PCE's, PERNAMBUCO, 2013), a proposta pode desencadear relações de melhoria na sala de aula, visando conceitos que levem o PPP para o ensino e aprendizagem do educando, sem sair da escola. Portanto, a elaboração deste documento serve para dar suporte ao currículo, de forma coletiva, na qual os professores possam compreender também a avaliação como:

[...] orientações pedagógicas e metodológicas que compõem os Parâmetros na Sala de Aula e tratam de criar e discutir situações efetivamente capazes de traduzir as expectativas definidas nos Parâmetros Curriculares em aprendizagens necessárias para viver no mundo contemporâneo, configurando o Direito de Aprender, que é inerente à cidadania e dever do Estado, em todas as esferas de poder. (PERNAMBUCO, 2013, p.17)

Portanto, os documentos destacam que é importante que o currículo seja apropriado nas salas de aulas, assim fica mais fácil de conhecer melhor cada conteúdo em todas as aulas ministradas. Os alunos já trazem do seu cotidiano uma vivência, e isso deve ser um facilitador para o professor relacionar os seus objetivos e chegar a uma avaliação flexível. Neste sentido, se faz necessário que as propostas curriculares, as competências de variações, que são as dimensões individualizadas feito pelos professores, tenham um apoio institucional melhor para compreender as metodologias que sejam aplicadas. Também vale do olhar do professor questionar e desenvolver as suas aulas de acordo com a divergência da turma e seguir os padrões de avaliação da Educação Física.

4 OS PROCESSOS AVALIATIVOS

Os processos avaliativos estão condicionados pelos significados a que são atribuídos tanto pela legislação quanto pela escola. Para chegar à avaliação, envolve-se o trabalho estabelecido no interior da escola e os conhecimentos e concepções dos professores e alunos envolvidos. Cada vez mais exigente, o sistema educacional brasileiro acompanha a legislação vigente e dá novas contribuições de acordo com a demanda social e política. Neste sentido, as avaliações educacionais consistem um componente a mais da prática pedagógica.

Segundo Hoffmann (2009), estes processos de criar uma inovação na forma de avaliar, no âmbito escolar, dá embate à questão da qualidade de ensino, sendo necessário que se realize uma melhoria na prática pedagógica a partir de uma avaliação coerente. Portanto, deve se criar métodos de ensinamentos que levem os alunos a compreenderem o que se está fazendo, isso depende dos professores e também do PPP da escola, os quais venham a oferecer diferentes questões que conduzam à aprendizagem do educando.

Portanto, os professores precisam ser mais claros nas avaliações. Segundo os PCE's, a avaliação pode acontecer em três eixos: Avaliação diagnóstica, a qual remete diagnosticar as dificuldades individuais em sala de aula ou em qualquer prática; Avaliação formativa, que deve ser contínua e diversificada, a qual versa identificar as dificuldades que venham aparecer durante as aulas, pois essa avaliação tem como recurso de reprovação o sentido de uma prova

e a exclusão de uma prática, dependendo da metodologia do professor; Avaliação somativa, que se traduz nos valores determinados no final de cada etapa necessária da formação, nela considera-se prova e participação.

Segundo o Coletivo de autores (2012), o sentido da avaliação do processo de ensino aprendizagem em Educação Física é o de fazer análises da aproximação ou distanciamento do eixo curricular do PPP. O entendimento consiste que o PPP é fundamental para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem avaliativa na esfera educacional, mesmo que às vezes não chegue a acontecer na realidade.

Souza Júnior (2011) e Sousa (2013) afirmam que os processos avaliativos deverão estar de acordo com as esferas educacionais, dando a prática educativa para que possam ser alcançados os objetivos das aulas. Estes processos ocorrem dependendo tanto das metodologias utilizadas como também das características do espaço escolar, entre os fatores que confrontam a realidade dos educandos, processos esses que valorizem a construção no todo. Neste sentido, a importância do PPP é porta inicial da escola, nele os processos avaliativos são discutidos pela equipe pedagógica, que remete e integra a socialização, pois deve ser aceito pelos alunos, é através dele que verdadeiramente os alunos precisam se sentir incluídos no âmbito escolar e passem a ter mais consciência da prática pedagógica.

A legitimidade da Educação Física deve ser construída, no interior da escola, de forma que venha a sustentar-se pelo que lhe é específico, ou seja, pelo corpo de conhecimentos pelo qual é responsável pedagogizando-os e normatizando-os, o que seria uma forma de contribuir para o projeto de escolarização do educando. É preciso que a Educação Física se desenvolva, seja por resistência, seja por consentimento, diante dos elementos advindos das condições sociais entre os muros das escolas e que nela se manifestam, não de maneira mecânica, mas sim por mediações, interações, contradições, consensos. (TAVARES, 2011, p.166)

Sendo assim, fica a critério da escola seguir sua proposta de avaliação. Segundo Luckesi (2011), a avaliação tem como propósito diagnosticar os caminhos que estão sendo direcionados para o ensino, no qual conseguem obter resultados proveitosos dentro do processo educacional para futuramente desenvolver melhor a prática pedagógica.

Os processos avaliativos que o professor chega a utilizar para as suas aulas são procedidos pedagogicamente – da forma que o PPP ofereça – voltados para a aprendizagem do educando, incluído e valorizando o seu contexto social. Nele a avaliação da aprendizagem como disciplinamento social dos alunos e a utilização das provas como ameaças por si não tem nada haver, pois os conteúdos são importantes para atingir seus objetivos futuros. Sendo assim, a avaliação é a arma e defesa do professor (a) para as suas aulas andarem conforme seu planejamento em cima da nota que domina todo o processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, Darido (2012, p. 117) questiona que nada de considerar apenas “a frequência as aulas, o uniforme ou a participação em jogos e competições, nem comparar os que participam fora ou dentro das instituições diferentes uns com os outros”. Não há uma única fórmula pronta para avaliar, mas é essencial detectar as dificuldades e os processos dos estudantes para ter uma avaliação mais comprometida, na qual nenhum ganhe com isso, mas que reconheça onde errou e busque o melhor para os educandos.

4.1 As dimensões, conteúdos e avaliação em Educação Física Escolar

Atualmente, na Educação Física Escolar, existem algumas concepções que andam juntas: as dimensões, os conteúdos e a avaliação, todos caminham em conjunto, possibilitando melhores resultados na aprendizagem do educando. Portanto, é necessário que os professores obtenham uma visão mais ampla para abordar os contextos, as questões e as possibilidades para desenvolver durante as aulas as tendências, os conteúdos e a avaliação de forma sistematizada para uma melhor transmissão e assimilação entre professor e educandos, proporcionando um aprendizado e avaliação mais coerentes.

Portanto, para entendermos, especificamente, as análises das dimensões que, para Darido (2011), estão subdivididas em três. São elas: conceitual; procedimental e atitudinal. Cada uma procede da maneira a qual o professor segue sua metodologia, privilegiando os conceitos e o aprendizado para os educandos.

Segundo Darido (2011), a conceitual diz que todos os alunos devem conhecer os diversificados conteúdos, em sentidos e nexos que os possibilitam ver o que seria bom ou ruim, exemplo: relação aos hábitos da vida, a alimentação, assimilando desta forma, o trabalho corporal em função das novas tecnologias, diversificando as necessidades e relacionando-as ao seu cotidiano. A historicidade do futebol e como ele era jogado antes até os dias atuais, também serve como exemplo. Conhecer os modos corretos das execuções de vários exercícios e práticas corporais cotidianas, como levantar um objeto do chão da forma correta, sentar-se numa cadeira de sala de aula ou até mesmo carregar uma mochila corretamente. Para entender a avaliação nesta dimensão necessita que:

[...] assim, a avaliação deve consistir em observar o uso dos conceitos em trabalhos de equipe, debates, exposições e, sobretudo, nos diálogos entre os alunos, e entre o professor e os alunos. Às vezes, o tempo não é suficiente para observá-los em todas estas situações daí pode se pensar em uma prova escrita, mas é preciso ter clara as limitações quanto a avaliar de fato a aprendizagem do aluno.(DARIDO, 2012,p, 136).

Sendo assim, nesta dimensão, a avaliação resulta os conceitos sobre compreender as múltiplas ações que o professor necessita para avaliar seus educandos relacionando as limitações de cada um. A ação Procedimental, de acordo com Darido (2011), tem por objetivos para os alunos a vivência dos conteúdos, como dançar, jogar, lutar, correr, saltar, de uma forma prática, e que os leve para uma reflexão sobre a vivência e não realizando uma prática pela prática, de modo a ter uma reflexão mais profunda.

A avaliação procedimental implica o saber, o fazer, e o conhecimento sobre este domínio que só pode ser verificado em situações de aplicação. Assim, o que define uma aprendizagem não é o conhecimento que se tem de um conteúdo, mas o domínio ao transferi-lo para a prática. Conhecer até que ponto os alunos sabem jogar, dançar, fazer pesquisa, utilizar um instrumento, orientar-se no espaço etc., só é possível quando os alunos realizam tais atividades. (DARIDO, 2012, p, 138).

A dimensão atitudinal para Darido (2011) depende muito dos conteúdos trabalhados, considerando neles a valorização dos alunos e a importância de cada contexto social. Exemplos: Respeitar a questão de problemas que envolvam as atitudes dos colegas – entre os jogos que venham a ter violências – e predispor a participação de atividades em grupos que leve o aluno a trabalhar a cooperação e interação.

A avaliação atitudinal, para avaliar os conteúdos atitudinais, conhecer aquilo que os alunos realmente valorizam e quais são as suas atitudes, é necessário que surjam situações de conflito. Durante as situações de aprendizagem, em jogos, esportes, ginásticas, conhecimento sobre o corpo, danças e lutas, os alunos são submetidos a inúmeros desafios. Eles devem se adaptar aos novos movimentos; ao uso do espaço e do material; a determinadas regras; a expressar sentimentos, inibições e dificuldades; enfim, a variáveis que compõem um ambiente de ensino e de aprendizado bastante complexo. Não raro, eclodem conflitos nessas situações. (DARIDO, 2012.p, 137).

Essas dimensões pedagógicas contribuem para os processos das avaliações durante as aulas, facilitando o cotidiano do professor-aluno que apresenta também a observação e identificação dos conteúdos repassados no processo de ensino e aprendizagem. Porém os conteúdos da Educação Física devem ser sistematizados, coerentes e flexíveis de acordo com o PPP, para que o professor tenha um melhor processo avaliativo. Desta forma, os três andam de mãos dadas para alcançar os objetivos tanto da avaliação quanto dos conteúdos.

4.2 A AVALIAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A avaliação é um tema central na agenda dos docentes e não poderia ser diferente nas aulas de Educação Física, pois ela é bem detalhada como visto em seu processo de legitimação. Houve vários conflitos para entender o corpo e mente na prática pedagógica, então é necessário atribuir conceitos para os alunos perpassando por conflitos nos quais envolvam a prática pela prática sem um rendimento cognitivo. Da mesma forma se apresentam com significados múltiplos para os autores envolvidos: professores, alunos, famílias e o contexto social.

Seu caráter decisivo e cotidiano lhe confere visibilidade e só em algumas ocasiões é apresentada como estrutura problemática. Segundo SOARES *et al.* (2012), a avaliação, em seu processo pedagógico, está condicionada pelos significados que lhe são atribuídos tanto na legislação vigente quanto pelo processo de trabalho no interior da escola e concepções dos professores e alunos envolvidos. É nesse sentido que a avaliação é mais do que um plano escolar, visando mais o projeto histórico, ou seja, a sociedade na qual estão inseridos e a que almejam construir no PPP. Então a dinâmica curricular, materializada nas aulas de Educação Física, tem vários conteúdos e é neles que os educandos têm a vivência para se expor durante as aulas, nas quais o professor vise o processo de ensino e aprendizagem questionando na avaliação final.

Para Silva (2011), a avaliação tornou-se um tema. Nas aulas, para ser dada uma nota, os alunos buscam o interesse para alcançá-la, pois a avaliação é uma prática que implica colocar em ações uma série de operações, em momentos determinados, em que vários autores participam para seguir melhor os processos. No entanto, avaliar os conteúdos nas aulas é ainda mais difícil, pois o aluno já traz algo de sua vivência, ligando-o ao aprendizado durante as aulas, é nesse processo que o professor escolhe a metodologia que vai seguir, definindo quais são os melhores conceitos para avaliar.

A avaliação em Educação Física deve ir mais além da possibilidade de medir os conteúdos, como os jogos, os esportes, danças e lutas. Neles, o professor os traz como uma referência central, devendo-se confrontá-la com as referências trazidas também pelos alunos, possibilitando evidenciar o que se avançou e o que se produziu de novo, do ponto de vista a serem tratadas as competências estabelecidas para formar uma nova síntese.

Souza Júnior (2011) compreende que a avaliação deve acontecer não só no final da aula, enquanto fechamento ou síntese, mas enquanto procedimento de sistematização do

conhecimento, em que o desafio e a problematização aconteçam no início da aula e percorram todo o tempo.

Basicamente, de acordo com Smole (2010), na avaliação pode-se utilizar quatro instrumentos de avaliação: observação e registro; análise de registros dos alunos; provas e análises de erros; autoavaliação. Neste sentido, a avaliação é um conjunto que deve ser analisado para compor, futuramente, uma atribuição de uma nota para os alunos. Os conteúdos ministrados durante as aulas devem andar com coerências no intuito do cognitivo dos alunos, para que se possa compreender os processos e seus aprendizados.

QUADRO 1 – A avaliação na Educação Física Escolar

Observação e Registro: diagnosticar as aulas e o ambiente onde compartilham ideias. Para observar, é preciso direcionar o olhar e registrar aquilo que é percebido.
Análise de registros dos alunos: essas produções podem ser solicitadas com o objetivo de investigar o que o aluno sabe previamente sobre determinado assunto, além das produções que também podem ser solicitadas após um tema específico. Esses registros são para delinear o processo de ensino e aprendizagem do aluno a despertar a pesquisar a construir.
Provas e análises de erros: a prova pode ser útil quando desejamos avaliar a capacidade do aluno para organizar ideias e expressar-se claramente. Ela pode ser necessária para que o professor tenha mais clareza se os mesmos estudaram.
Autoavaliação: a autoavaliação permite ao aluno tomar uma posição diferente, fazendo dele não um mero executor de ordens, mas alguém que tem clareza das metas do projeto, das críticas ao seu trabalho, do domínio do seu caminhar.

Fonte: a pesquisa (2016)

Os processos avaliativos, nas aulas de Educação Física, estão presentes em todo contexto social dos alunos. Nesses processos, envolvem conceitos relacionados que podem acarretar o ensino e aprendizagem. Portanto, o quadro enfatiza que a avaliação está a todo tempo no início, meio e fim de uma determinada aula. Seja ela teórica ou prática, afinal isso dependerá de como o professor vai organizar sua metodologia de ensino.

De acordo com os autores Souza Júnior (2011) e Smole (2010), eles relatam que é possível, durante as aulas, pautarem os critérios de dúvidas dos alunos em uma caderneta para o caso de futuramente vir a precisar nas aulas adiantes. Esses critérios são de suma importância, portanto, não é uma receita e sim como deve ser o processo de avaliação da

maneira como anteriormente foi vista. Neste contexto o trabalho dos processos avaliativos requer esforço de um coletivo de profissionais envolvidos, seja a gestão pedagógica do interior da escola a democracia social que engloba a comunidade escolar e os principais defensores que são os alunos, pois sem eles não existe avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos neste artigo como são os processos da avaliação na Educação Física Escolar, através de sua trajetória e legitimidade. Abordamos as discussões tecidas por diversos autores a respeito da avaliação no currículo da Educação Física Escolar, no qual diversificam os pensamentos dos processos de avaliação. Portanto, depende muito do processo metodológico que os professores adotam, ou seja, os critérios estabelecidos conforme os instrumentos pedagógicos que venham a ter mais exigências em ajudar a tomar decisões e planejar estratégias futuras para as aulas andarem conforme preestabelecidas.

No entanto, é interesse dos professores buscarem as múltiplas competências dos educandos e a exigência de uma boa competência individual para as suas aulas caminharem segundo o plano de ensino, dependendo da classificação a qual se estabeleça as aulas, pois dependerá de todos os envolvidos. Para que a avaliação ocorra bem, é necessário que os alunos tenham convicção, que eles saibam como estão sendo procedidos os critérios da avaliação, as dúvidas e as incertezas que se estabelecem e tendem a se configurar numa nova identidade para, no futuro, saber o porquê daquela avaliação.

Para tanto, o processo da avaliação configura na construção de um plano de ensino, no qual o conhecimento dos alunos pode ter conceitos pré-estabelecidos nos conteúdos da Educação Física Escolar, atendendo às exigências da esfera educacional e cumprindo o que se pede. Compete, também, que a avaliação comece a partir de novos conceitos adquiridos, pois não existe uma fórmula mágica para que o professor realize uma boa avaliação, os instrumentos sempre serão coletivos, onde há uma parceria entre todos que fazem parte da ação pedagógica, estabelecendo os objetivos e com isso diversificando cada processo que venha a se desenvolver dentro dos muros das escolas.

Neste contexto, a avaliação vai mais do que qualquer prática pela prática, visando conceitos, como a utilização de produções, rendimentos cognitivos, frequência, prática desenvolvida, configurando as mais simples e as mais complexas. Além disso, se faz necessário que a escola, por meio do coletivo, desenvolva a ação da avaliação em seu projeto político pedagógico de forma coerente da realidade dos alunos. Assim, ficará mais fácil um

bom relacionamento entre professor e aluno, que envolverá todo o processo conforme o que pede a legislação no processo de ensino e aprendizagem para desenvolver uma boa avaliação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Claisy Maria Marinho; RABELO, Mauro Luiz. Avaliação educacional: a abordagem por competências. **Revista Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 2, p. 443-466, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n2/1414-4077-aval-20-02-00443.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

BETTI, Mauro; ZULIANI Luiz Roberto. Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. – 2002, p. 73-81. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1363/1065>>. Acesso em 18 out. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física**. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Ministério de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei 9394/96**. Brasil, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política Educacional e Educação Física: polêmicas do nosso tempo**. 2º ed. Campinas, SP: Editores autores associados, 2002.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Metodologia do ensino da Educação Física**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya Cristina. A avaliação da Educação Física na escola. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Caderno de formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 129. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/41556/1/Caderno_blc2_vol6.pdf>. Acesso em 15 set. 2016.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na Escola: implicações pedagógicas para a prática pedagógica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, Koogan, 2011.

FIGUEIRÔA, A. P. R. *et al.* AS ANTIGAS CONCEPÇÕES NO NOVO TEMPO, OS CAMINHOS E AS ETAPAS DA IDENTIDADE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL: na perspectiva das políticas educacionais nacionais e no estado de Pernambuco. In: XII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana- CIHELA 2016, Medellín. Colômbia: Universidad de Antioquia. **Anais do XII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, CIHELA**. Colômbia: Universidad de Antioquia, 2016. 300p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; SIMÕES, José Luís. **História da Educação Física no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola á universidade**. 32 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

ISKANDAR, J. I. **Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos**. 5º ed. Curitiba: Juruá, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 4º ed. São Paulo: Cortez 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros para educação básica para o estado de Pernambuco: Educação Física-Ensino Fundamental e Médio**. Pernambuco: Udime/PE, 2013. Disponível em:
<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/PCPE_VD_EDUCACAO_FISICA_A_EFM.pdf>

PERNAMBUCO, Governo de Estado. Secretaria de Educação. **Orientações teórico-metodológicas para ensino fundamental e médio: Educação Física**. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 2010. Disponível em:
<<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/.../otmeducacaofisica2010.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

PERNAMBUCO, Governo do Estado. Secretaria de Educação. Parâmetros para a educação básica do estado de Pernambuco – **Parâmetros Curriculares de Educação Física – Ensino Fundamental e Médio**. Recife: UDIME/PE, 2013. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/PCPE_VD_EDUCACAO_FISICA_EFM.pdf> Acesso em: 20 out. 2016.

SILVA, Janssen Felipe. **Avaliação na Perspectiva Formativa Reguladora**: pressupostos teóricos e práticos. 3º Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SMOLE, K. C. S. **Avaliação escolar**. São Paulo: Portal Salesianos São Paulo, 2010. Disponível em: < [http:// www.salesianos.com.br/downloads/SubsidioRSE6.pdf](http://www.salesianos.com.br/downloads/SubsidioRSE6.pdf) >. Acesso em: 5 set. 2016.

SOARES, Carmem Lúcia. **Metodologia do ensino de Educa Física**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens do corpo educado: um olhar sobre a ginástica no século XIX**. Vitória: UFES, 1997.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: Raízes Europeias e Brasil**. 3º ed. Campinas, SP: 2004.

SOUZA JÚNIOR, Marcilio *et al.* **Educação Física Escolar**: teoria e política curricular, saberes escolares e proposta pedagógica. 2º ed. Recife: Edupe, 2011.

TAVARES, Marcelo *et al.* **Prática Pedagógica e formação profissional na Educação Física**. 2º ed. Recife: Edupe. 2011.